

## RESENHA

**HARRINGTON, Daniel J. & KEENAN, James F.** *Jesus e a ética da virtude. Construindo pontes entre os estudos do Novo Testamento e a teologia da moral.* São Paulo: Loyola, 2006.

**Sergio David Sotelo Espitia.** Possui licenciatura em Filosofia pela UNIFAI, formando em Teologia pela PUC/SP, seminarista do Seminário Missionário Arquidiocesano Internacional *Redemptoris Mater* "São Paulo Apóstolo" de São Paulo.

O livro em resenha está dividido em 13 capítulos e a ideia dos autores jesuítas, Daniel Harrington, & James Keenan é de relacionar a Teologia da Moral com os estudos da Bíblia, seguindo a orientação dada pelo Concílio Vaticano II, no decreto sobre a formação sacerdotal *Optatum totius*. O foco dos autores será a ética da virtude já que, segundo eles, a ética da virtude se fundamenta no Novo Testamento na resposta humana à graça de Deus quanto às necessidades e aos desejos éticos dos cristãos contemporâneos.

A teologia da moral pode ser dividida em 7 períodos. 3 períodos (1,3 e 7) com influência das Escrituras e 4 períodos (2, 4, 5 e 6) que são diferentes tanto na sua influência como na sua abordagem. No primeiro deles, o patrístico, os grandes autores escreveram essencialmente comentários sobre as Escrituras, porém, seus escritos esclareciam muitos conceitos presentes na Bíblia e conseqüentemente seus escritos tinham implicações sobre questões morais ou éticas, assim como Cristológicas e trinitárias. A vida moral era uma resposta à Palavra de Deus.

O segundo período foi conhecido como o período dos penitenciais porque precisamente foram escritos manuais para os confessores especificando as penas adequadas para cada pecado. Levava-se em conta o pecado, sua gravidade e o tipo de vida do penitente. Ditos manuais tinham uma base nos sete pecados capitais. No terceiro período, o da Escolástica, pode-se contemplar o desejo de estudar a fé pela razão. Assim como a teologia era vista como uma ciência que estuda Deus e o humano, a teologia da moral, mais especificamente, estudava a “humanidade como a resposta amorosa à iniciativa divina” (KEENAN, 2006, p. 26). Segundo o autor, por ser um estudo tão altamente antropológico, requeria de uma virtude para obter assim uma identidade moral adequada.

O quarto período foi denominado como o período dos manuais confessionais e os Dez Mandamentos. Neste período, tinha-se a ideia papal (Inocência III era o Papa da época) de que toda a humanidade estava irremediavelmente condenada. Foi estipulada a obrigação de que anualmente se confessasse ou se declarassem abertamente os pecados. Para cumprir essa obrigação, o Papa designou aos membros nova Ordem dos Dominicanos, para que se treinassem como confessores. Eles, juntamente com os franciscanos, elaboraram novos e sofisticados manuais confessionais, tendo como base os sete pecados capitais. Os manuais passaram a ser instrumentos predominantes na formação de um novo clero, habilitado a auxiliar os leigos na orientação de uma vida moral. O quinto período é denominado como o da casuística. Segundo Keenan, pela expansão europeia às Américas e Ásia se reconheceu a inequação das normas morais vigentes. Todavia, a solução não partiu de uma dedução que tivesse como fundamento um princípio, mas

partiu de uma elaboração de um método de caso, utilizando um paradigma ou caso exemplar como verdade-padrão.

O seguinte período é conhecido como o período de Manuais de Moral. Cansados da alta casuística, os líderes da Igreja convocaram os teólogos da moral, para elaborarem manuais de moral, que pudessem ser ministrados nos seminários de todo o mundo. O pensamento, segundo Keenan, era dedutivo novamente, e os princípios morais tratam das formas de evitar o pecado; era então uma conduta que evitava o mal. O último período tratado pelo autor é o da teologia moral contemporânea. Para superar os manuais, voltou-se à “Escritura, para um estudo renovado de Tomás de Aquino e para uma teologia da ascese” (KEENAN, 2006, p. 31). Admitiu-se o amor de Deus como a origem da teologia moral e contestou-se a noção de verdade moral como universal, eterna e imutável. Keenan sublinha a importância do Concílio Vaticano II e o estipulado no decreto *Optatam totius* no número 16.

Já Harrington assevera que a “ética do Novo Testamento é orientada para a comunhão com Deus e para o cumprimento de sua vontade à luz do conhecimento de Cristo” (HARRINGTON, 2006, p. 33). A ética no Novo Testamento se preocupa com a salvação que Deus realizou por intermédio de Cristo e sobre como os fiéis podem fazer parte dela. Harrington afirma que a abordagem hoje adotada no estudo dos ensinamentos éticos do Novo Testamento une preocupações históricas e hermenêuticas, ressaltando as diferenças entre o mundo do leitor contemporâneo e seu contexto histórico no interior do Império Romano do século I.

Para falar de contexto, Harrington explica que as Escrituras nos recordam constantemente o contexto religioso em que os ensinamentos ético-cristãos foram estabelecidos e praticados, contexto este da história da salvação. Contudo, poder-se-ia pensar que a Bíblia está escrita como um tratado de moral delimitado cheio de proibições ou punições, mas Harrington desmistifica esta crença, ao afirmar que “A Bíblia não contém um tratado de moral, isto é, uma exposição sistemática da moral bíblica. Ao contrário, seus ensinamentos morais assumem várias formas literárias” (HARRINGTON, 2006, p. 38) tais como mandamentos, proibições, preceitos, exortações proféticas etc.

Também é importante salientar que, para Harrington, o Novo Testamento traz concepções éticas já existentes; aliás, ao autor afirma que as concepções éticas do Novo Testamento não podem ser tidas como radicais, pois se pode evidenciar, por exemplo, nos escritos de Pedro como se promove o bom comportamento de acordo com a concepção moral sensata à época. Os ensinamentos morais dos primeiros cristãos tinham a singularidade de que eram os conceitos morais das concepções éticas greco-romanas ajustados, aplicando-os de acordo com o novo contexto criado por Cristo, ou seja, estas primeiras comunidades abraçaram os ideais da filosofia moral de seu tempo no horizonte da escatologia judaica.

Em se tratando da relação entre o estudo da moral e as Escrituras, para Harrington, o estudo da ética do Novo Testamento parte do estudo cuidadoso dos textos escritos, mas este estudo tem componentes históricos, literários e teológicos. A pergunta que surge é sobre qual é a perspectiva que deve prevalecer, a do texto ou a do intérprete? Harrington enumera várias abordagens utilizadas por diferentes estudiosos da ética do Novo Testamento, que podem ajudar a simplificar o problema: descrição histórica, teologia descritiva da Bíblia, tomar decisões morais sob a orientação das Escrituras, a comunidade cristã e o caráter, perspectivas feministas e de liberação e a utilização da Escritura na teologia.

Keenan, por sua vez, se junta aos eticistas da virtude, afirmando que essa ética fornece uma estrutura adequada para a expressão da ética do Novo Testamento. Citando o filósofo Alasdair McIntyre, Keenan problematiza a moral contemporânea pois, segundo McIntyre, vivemos num estado de discórdia moral em que cada pessoa possui sua posição moral e simplesmente descarta qualquer posição adversa. Entretanto, na Escritura, Jesus nos chama a sermos seus discípulos, a sermos herdeiros de seu Reino. Cumprindo, assim, com o mandato do Concílio Vaticano II, no documento *Optatam totius*, os teólogos da moral responderam que as virtudes são naturalmente congruentes com o viver uma vida de santidade, ou de crescimento de santificação. De fato, Keenan assevera que, durante quinze séculos (do século IV ao século XX), no cristianismo se podia evidenciar este processo de crescimento na santidade, começando pela classificação dos novos batizados, primeiramente como neófitos, depois como iniciados e, finalmente, como aperfeiçoados.

Para entendermos melhor estes três estágios da vida cristã, Keenan explicita que, no primeiro estágio, o dos neófitos, os teólogos da moral eram os encarregados de escrever sobre o pecado e as ocasiões, que poderiam levar a cair nele, para assim orientar os neófitos a fugirem dessas situações. No segundo estágio, os iniciados eram orientados a experienciar um discipulado mais sério e a fazer uso de manuais de ascese ou de devoção, praticando também obras de misericórdia. No terceiro estágio, orientava-se à prática da oração contemplativa e à mística. O processo de crescimento seria, então, evitar o mal, fazer o bem e chegar a ser santo.

O problema é que os teólogos da moral ficavam limitados unicamente a falar e escrever sobre como evitar o mal. Depois do Vaticano II, ao tratar sobre as virtudes, a teologia moral cruzou a ponte entre a prevenção do mal e a realização do bem. A partir dessa mudança de abordagem, começaram a criar-se várias pontes entre a moral e as outras áreas da teologia, tais como, a liturgia, a vida da Igreja e as Escrituras. Foram estabelecidas três perguntas básicas que a teologia moral pretende resolver: Quem somos nós? Quem devemos nos tornar? E como chegamos lá?

A resposta da primeira pergunta será que somos discípulos de Jesus, feito à imagem e semelhança de Deus; o discipulado é, portanto, a identidade primordial para o cristianismo. O chamado de Jesus é extraordinário, seduz a pessoa chamada com o poder de sua palavra; o chamado de Deus possui um poder transformador. As pessoas tornam-se seus discípulos, partilhando com Ele de sua missão, estando com Ele; esta é a essência do discipulado. De fato, a teologia moral católica encontra sua fonte na verdade moral na pessoa de Jesus como imagem original e meta para todos nós.

Nos primeiros séculos, o batismo era visto como o primeiro sacramento moral, pois supria o chamado de Cristo. Pelo batismo, entramos numa nova criação, é uma abertura radical às coisas celestes pelo cumprimento dos ensinamentos de Cristo. Os teólogos da moral perguntam-se se as orientações de Jesus a seus discípulos servem para a moral cristã de hoje. Sem dúvida, os valores fundamentais dos ensinamentos de Jesus devem ser discernidos para poder formar um discipulado cristão em qualquer tempo e lugar.

Não se pode negar que Jesus exerceu uma ação libertadora. Ele nos libertou da culpa de nossos pecados, da lei imposta que não conseguimos cumprir, e do aguilhão da morte. A nossa adesão à pessoa de Cristo significa uma abertura radical ao desígnio de Deus através da nossa aceitação da cruz, morte e ressurreição como os meios utilizados por Cristo para nos reconciliar com Deus.

Para responder à segunda pergunta, o horizonte será o Reino de Deus. Este é precisamente o horizonte dos ensinamentos de Jesus e sua meta. Segundo os ensinamentos de Jesus, nós não realizamos o Reino de Deus, é Deus mesmo quem o realiza; cabe-nos esperar, neste meio tempo, com esperança, pela completude do Reino, agindo de um modo apropriado a seu chamado. Em outras palavras, “o Reino é o horizonte segundo o qual a vida cristã deve ser vivida, e é a meta para a qual devemos nos voltar.” (HARRINGTON, 2006, p. 72). Mas o Reino não só oferece motivações, mas orienta substantivamente. Para Keenan, a virtude que orientará os ensinamentos éticos associados ao Reino será a misericórdia.

Mas não como na proposta feita por Durkheim de preservar a tradição moral do cristianismo sem o cristianismo, e menos ainda sem o Reino e Deus, nem como na concepção aristotélica de misericórdia não associada a Deus, mas como um idealismo cristão. Keenan assevera ainda que à semelhança de São Paulo, os teólogos morais contemporâneos percebem a necessidade de uma ética realista do crescimento para o Reino de Deus que esteja disposta a discutir e, se necessário, reformular, os ideais morais.

A resposta da terceira pergunta está no Sermão da Montanha. As bem-aventuranças são uma amostra das virtudes que os discípulos devem realizar, para se tornarem perfeitos e recompensados no Reino. Entretanto, os ensinamentos do Sermão da Montanha não são dirigidos somente aos discípulos, mas à humanidade inteira, pois todos são chamados à perfeição com Jesus, nosso modelo perfeito, para sermos filhos de Deus; buscamos as virtudes de modo a sermos mais como Ele, pois somos chamados a segui-lo e chegar ao Reino de Deus e à vida com Cristo.

A pessoa de Jesus é então nosso molde da ética da virtude na perspectiva dos evangelhos, e na teologia de São Paulo a graça define a qualidade distintiva da ética da virtude. Para Keenan, do mesmo modo como “à semelhança da centralidade de Jesus, a graça é uma condição diferenciadora e necessária para qualquer ética cristã.” (KEENAN, 2006, p. 118).

Outro ponto principal para a teologia da moral é a concepção joanina do amor. Este amor tem duas dimensões fundamentais, o amor a Deus e o amor ao próximo, e inclui os inimigos como Jesus nos ensinou. Este amor aos inimigos, segundo Harrington, pode exigir um princípio mais elevado do que aquele da resistência não violenta; é uma moralidade mais elevada chegando, inclusive, à imitação de Deus. Para Keenan, toda a teologia depende fundamentalmente do amor de Deus, que se deixa encontrar nas coisas que Ele realiza em nós. Na ética católica romana, deu-se um lugar privilegiado à caridade. Para Tomás de Aquino, somos divinizados pela caridade

O amor, na afirmação de Keenan, é uma virtude distintamente cristã; afirma, ainda, que do Sermão da Montanha podem se tirar outras três virtudes especificamente cristãs, a saber, a misericórdia, o espírito reconciliador e a esperança. Sobre a misericórdia, o autor afirma que está nas Escrituras, inclusive, a aliança entre Deus e o povo tem como disposição fundamental a misericórdia. Tomás de Aquino se questiona na *Summa Theologiae*, se a misericórdia seria a maior das virtudes, afirmando que é considerada como atributo de Deus. Sobre o espírito reconciliador, Keenan assevera que o perdão é uma parte integrante da vida comunitária; portanto, o espírito reconciliador nos traz para dentro do Reino. Já sobre a esperança, Keenan a define como o alicerce das bem-aventuranças. Estas três virtudes unidas ao amor caracterizam a ética da virtude cristã.

O contrário de todas estas virtudes, o pecado é a incapacidade de amar. Para Harrington, o pecado é abandonar a vida do bem por um modo maligno de vida, pois ele procede de uma inclinação desordenada do coração. Na Bíblia, podemos achar na queda de Adão e Eva, no capítulo 3 do livro do Gênesis, a explicação da origem do pecado e que ele trouxe consequências para a humanidade. Segundo Harrington, o pecado de Adão trouxe a morte para ele mesmo e para todos os homens, mas a boa notícia é que, de acordo com o Novo Testamento, no mistério pascal de Cristo (morte e ressurreição), encontramos o remédio eficiente do próprio Deus para o pecado. Mas o caminho para chegar a esta máxima não foi tão simples. Keenan atribui ao pecado a direção da Igreja em fazer os manuais confessionais; a teologia da moral ficou meio obcecada pelo pecado. Como a humanidade não pode estar certa da sua salvação, o seu único consolo era fazer uma confissão apropriada.

Digna de salientar é a afirmação de Keenan de que hoje enfrentamos uma dificuldade adicional,

porque muito da reflexão contemporânea sobre o pecado é uma rejeição à atitude profundamente negativa que a tradição manteve na presunção da *massa damnata*. Uma vez que, durante séculos, foi presumido que as massas estavam condenadas, agora, com igual convicção, nós derrubamos aquela presunção acreditando que todos estão salvos. (KEENAN, 2006, p. 153).

E continua Keenan dizendo que, apesar da diferença entre as duas crenças contraditórias (todos se salvam ou todos se condenam), entre elas há três pontos em comum: não há garantias suficientes nas Escrituras de nenhuma das duas; as duas subestimam a misericórdia da paixão redentora de Jesus (afirmando ou que Jesus é um juiz severo e não um redentor misericordioso, ou diminuindo a seriedade do pecado e eliminando a necessidade da misericórdia de Jesus) e, finalmente, nenhuma das duas promove a virtude da esperança.

O texto aborda outros aspectos importantes acerca da moralidade. Sobre a política, os teólogos da moral discutem a respeito de uma teologia da moral autônoma, não por uma visão kantiana, mas porque admitem a consciência pessoal como a fonte da criação de regras morais. Sobre a justiça e a justiça social, Keenan assevera que as virtudes da justiça, a fidelidade e o amor a si aperfeiçoam, ordenam e executam, de forma correta, as nossas relações com os outros, pois estas virtudes cardeais fornecem o esquema sobre o que deveriam almejar as ações humanas.

Sobre a sexualidade, o cristianismo afirma que o homem foi feito à imagem de Deus e que ele é um composto unificado de corpo e alma. Como o corpo foi criado à imagem de Deus, é preciso recusar a maioria das liberdades sexuais presentes no paganismo, por exemplo. O martírio será o protótipo de como o cristão encontra a liberdade da morte, levando à vitória o corpo do mártir. Sobre o casamento e o divórcio, os autores asseveram que para a Igreja o chamamento à fidelidade é um ensinamento de Jesus. O discipulado faz do homem e da mulher de co-iguais e a proibição do divórcio vetava aos homens tratarem suas esposas como objeto a dispor segundo a sua vontade.

A castidade, homossexualidade e o aborto também são temas tratados pelos autores. Sobre a castidade afirma-se que o casamento seguido de filhos era o padrão no judaísmo; a castidade, e mais ainda, o celibato cristão são compreendidos no contexto da missão apostólica pessoal. Sobre a homossexualidade, a Igreja chama às famílias e ao clero a amar, apoiar e ser fiéis aos cristãos homossexuais; eles, também, são chamados à castidade e à abstinência. E

sobre o aborto, encontramos a afirmação de que o homem não desfruta do uso nem da posse da vida, pois são coisas próprias de Deus. A vida é sagrada devido a sua qualidade interior ao ser humano, é sagrada porque a partir de seu princípio envolve a “ação criadora de Deus” e permanece para sempre em uma relação com seu Criador.

Em se tratando da relação com o Criador, o homem é um administrador, em parte, da criação e chamado a agir como servo, contribuindo de forma positiva. Isto evidencia-se nos sacramentos, pois neles celebramos a mediação da graça de Deus no mundo, percebemos a honra do físico em mediar o divino. O cristianismo não nos tira do mundo, ao contrário, move-nos para o reconhecimento de nosso lugar responsável no mundo e auxilia-nos a compreender como somos nele constituídos.